

AUTOCONSUMO E AS ESCALAS DE DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA EM UM ASSENTAMENTO RURAL

Henrique Carmona Duval; Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante; Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

RESUMO

Neste artigo objetivamos descrever e analisar o autoconsumo alimentar e sua relação com a diversificação agrícola nos lotes de um assentamento rural. Pretendemos apresentar uma proposta metodológica para adentrar 05 escalas de diversificação, que formam mosaicos na paisagem a partir dos sistemas agrícolas específicos que cada família assentada imprime em seu lote. A pesquisa baseia-se em observação direta, registros em diário de campo, questionário, coleta de cardápios, desenhos, inventários e foto-documentação dos lotes. Também foram utilizadas imagens de satélite e foto aérea (respectivamente, da região e de uma microbacia da qual faz parte o assentamento). O autoconsumo aparece como um aspecto essencial nas estratégias familiares para conquistar autonomia e viver melhor, por exemplo, em relação a se alimentar daquilo que lhes dá identidade e de ter segurança alimentar. As produções comercial e empresarial convivem, no mesmo lote, com a produção de autoconsumo, no entanto esta é ligada a práticas e princípios de agriculturas de base ecológica. Os sistemas de produção de autoconsumo são responsáveis pela maior diversificação de um lote agrícola, mas nem sempre têm esse valor reconhecido, até pela dificuldade de sua mensuração econômica.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Segurança Alimentar, Antropologia Rural.

SELFCONSUMPTION AND AGRICULTURAL DIVERSIFICATION SCALES INTO A RURAL SETTLEMENT

ABSTRACT

In this article we describe and analyze the food selfconsumption and its relation to food agricultural diversification in lots of a rural settlement. We intend to present a methodological proposal to enter 05 scales of diversification, forming mosaics in the landscape from specific agricultural systems specific which each seated family prints on its lot. The research is based on direct observation, records in a field diary, Data from a set of questionnaires we applied, collected menus, drawings, inventories and photo-documentation of lots. Were also used satellite images and aerial photo (respectively, the region and a watershed of which the settlement is part). The self-consumption appears as an essential aspect of families strategies to have independence and a better life, for example, for feeding themselves with what gives them identity and having food safety. Commercial and business productions coexist in the same batch with the production to self-consumption however this is linked to the practices and principles of the ecologically based agriculture. Production systems of consumption are responsible for greater diversification of an agricultural lot, but they have not always recognized this value due to the difficulty of its economic measurement.

Key words: Agrarian Reform, Food Security; Rural Anthropology

HENRIQUE CARMONA DUVAL: Doutorando em Ciências Sociais – IFCH/Unicamp. E-mail: henriqucarmona@hotmail.com. VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE: Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara. E-mail: mestrado@uniara.com.br. SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO: Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas. E-mail:sonia@feagri.unicamp.br

INTRODUÇÃO

Autores como Cândido (1979), Brandão (1981) e Garcia Jr. (1983), ao realizarem suas pesquisas em comunidades rurais em regiões determinadas, valorizam uma investigação acerca dos modos de vida e das formas de reprodução econômica de tais comunidades. Embora feitos em regiões diferentes, ambos são focados em algum tipo de agrupamento rural, cujas “leis internas de funcionamento”¹ guardam muita relação entre si. Nos três casos é dada ênfase especial à produção de autoconsumo. Cândido (1979), por exemplo, trabalhou com grupos de “caipiras” paulistas do município de Bofete, região de Botucatu, cujos modos de vida os aproximam dos investigados no presente estudo. Trata-se de um estudo focado na compreensão de como o caipira paulista consegue obter, por meio de seu trabalho, um nível socialmente aceito de existência, não apenas em relação ao que se come, mas como se mora, como desenvolve sociabilidade, como se relaciona com seu entorno econômico e ecológico, dentre outros aspectos. É um estudo pioneiro na área da “Sociologia dos meios de subsistência”, no qual é essencial observar o cotidiano do grupo em estudo.

Já Garcia Jr. (1983) e Brandão (1981) desenvolvem seus trabalhos de campo, respectivamente, em comunidades rurais nos municípios de Bonito e Belém de Maria (PE) e Mossâmedes (GO). Após explicitarem o processo histórico de constituição regional, os dois

autores também procuram explicar, como Cândido, os grupos rurais por suas características e modos de vida específicos. Junto à categoria analítica “trabalho”, discutida no interior das contradições da modernização agrícola, imiscuem-se outras categorias como a alimentação, a religiosidade, as tradições, as relações e normas do que deve ser a conduta social, o mínimo aceito socialmente, dentre especificidades que marcam um modo de vida próprio, devidamente reforçado como consequência e possível a partir das bases social e ecológica onde se assenta.

Nesse contexto, podemos encontrar semelhanças entre esses três estudos no que se refere à explicitação de certas leis gerais de funcionamento, nas quais a produção agrícola de alimentos que as próprias pessoas fazem e transformam em comida é foco privilegiado de análise. Isto acontece mesmo quando as famílias de agricultores pesquisadas enfrentam um processo de urbanização, indo para a cidade definitivamente ou não. Como no caso estudado por Brandão (1981), continuam a produzir uma parte de seus alimentos mesmo morando em cidades, pois notam a diferença da comida da fazenda e a comida da cidade. Portanto, uma das lacunas abertas para o estudo dessas comunidades é o tipo de agricultura praticado para consecução de alimentos próprios e sua própria comida.

Para tanto, se faz necessário um trabalho de campo, etnográfico, no sentido de descrever

1. Referência à teoria de Chayanov voltada a explicar as leis de funcionamento e a lógica camponesa das organizações familiares rurais, usada por muitos autores que identificam algo comum e aplicável a diferentes tipos de comunidades rurais, em diferentes lugares do mundo.

os agrupamentos rurais enquanto processos sociais e suas especificidades. Os autores supracitados trazem a perspectiva de se analisar os meios pelos quais os sujeitos da pesquisa conseguem a subsistência e as transformações enfrentadas por essas populações tidas como “pobres rurais” frente ao processo de modernização social (e agrícola). Vale destacar que isso não implica, em nenhum dos casos, em dar menos importância aos processos históricos de constituição estrutural, marcados por leis e políticas macroeconômicas, levando-se em conta as condições históricas (num plano regional) das relações de poder, de trabalho e da estrutura fundiária subjacente. Ou seja, não se deixa de lado fatores estruturantes da vida das populações investigadas.

Para Ferrante (1994), as pesquisas em assentamentos rurais também devem levar em conta a (re)construção de novos modos de vida. Isto implica, de uma perspectiva histórica, em caracterizar as famílias assentadas em suas origens (principalmente aspectos culturais), trajetórias e lutas sociais que as levaram ao assentamento. Empiricamente, o olhar também deve ser atento sobre o cotidiano e sobre todos os aspectos que envolvem a vida familiar – em seu sentido multidimensional – no assentamento.

Somado à análise das relações travadas em outras esferas sociais e junto a outros agentes sociais, com os quais os sujeitos pesquisados se relacionam, a tendência metodológica sobre assentamentos adotada aqui é a da compreensão de que, nesses espaços, ocorre uma singular reconstrução de modos de vida (FERRANTE,

1994). Uma reconstrução que certamente tem base nas experiências das pessoas (conforme THOMPSON, 1998), mas tendo-se em vista a influência exercida pelas novas condições históricas e a pressão dos agentes externos aos assentados, que os empurram para uma racionalidade baseada na técnica (SANTOS, 1998) e os levam a enfrentar uma trama de tensões (FERRANTE, BARONE, 2011) continuamente reconfigurada.

ALGUNS ASPECTOS DA PRODUÇÃO DE AUTOCONSUMO EM COMUNIDADES RURAIS

O alimento é considerado o recurso de subsistência humana por excelência, uma necessidade permanente e inadiável (CÂNDIDO, 1979). Segundo Cândido, os diferentes grupos sociais procuram como ajustar a exploração do meio físico às suas necessidades de subsistência e o fazem a partir de uma organização social que faça frente à sua obtenção. Em cada momento histórico existe “uma equação necessária entre o ajuste ao meio e a organização social” (CÂNDIDO, 1979, p.25). Por outro lado, Antuniassi et al. (1993, p.129) identificaram que “para uma comunidade de origem rural, o espaço habitado não se dissocia da área cultivada (...) no sentido que se organizam num perímetro concebido como espaço de vida”. A terra de moradia e de trabalho, onde coexistem produções de autoconsumo e de comercialização. Nesse espaço é que mora e trabalha a família.

A produção do próprio alimento pode

ser considerada uma das práticas culturais mais antigas empregadas pela humanidade. A agricultura se generalizou por todo o mundo, em ambientes e povos os mais diversos e surgiu, conforme a especificidade cultural – atribuindo significados aos alimentos componentes dos itens de dieta e de preparação, de acordo com o tipo de refeição, bem como estabeleceu formas particulares de manejo da terra – adaptada aos ecossistemas naturais locais (KHATOUNIAN, 2001).

De acordo com Khatounian (2001), os sistemas agrícolas-alimentares centram-se em cultivos e criações de fácil adaptação às suas respectivas regiões que, “melhorados”, produzem o máximo de alimentos por unidade de trabalho aplicado. Outros aspectos importantes, segundo esse autor, são que os animais criados são alimentados com recursos locais da propriedade ou do meio circundante e há uma relação entre fertilidade do terreno e recursos genéticos, de forma que “se a fertilidade melhora, surgem novas opções, ou dispondo de recursos genéticos adequados ao sistema sua fertilidade melhora” (KHATOUNIAN, 2001, p. 258). Daí a grande importância da integração animal-vegetal, dentre outras práticas que permitem que os sistemas se mantenham férteis, para que melhores condições de alimentação existam.

Sistemas assim, em diferentes partes do mundo, não são transponíveis, a não ser para ambientes ecológica e culturalmente semelhantes. “No entanto, é possível utilizar criativamente os recursos genéticos e elementos de manejo em outras regiões, mas que possam

contribuir para estratégias de produção alimentar sustentáveis do ponto de vista nutricional, ecológico e cultural” (KHATOUNIAN, 2001, p.259), como veremos no assentamento rural.

Também segundo Khatounian (2001), há uma tendência generalizada nos diferentes lugares do mundo de buscar produzir, prioritariamente, alimentos energéticos e proteicos. A base da dieta corresponde a uma combinação de alimentos energéticos e proteicos, como um mínimo de reposição calórica frente ao despendido no próprio trabalho agrícola, o que pode ser considerado como um padrão de segurança alimentar primário. “Consideradas as necessidades nutritivas, essa sequência é lógica e nutricionalmente correta. O mesmo se observa na composição dos sistemas de produção para consumo doméstico ao largo do planeta” (KHATOUNIAN, 2001, p.253). Essa é uma tendência das dietas desenvolvidas em vários lugares, porém com produtos diferentes.

No Brasil, embora repleto de especificidades regionais, prevalece um tipo de dieta cuja base é arroz e feijão (um alimento energético e um proteico), também a mandioca e o milho como alimentos energéticos essenciais. O ideal é poder diversificar as misturas com carnes, ovos, leite e queijos, temperos e incorporar hortaliças, frutas, doces.

Agricultores familiares do Sudeste do país têm por núcleo da dieta arroz, milho e feijão (dois alimentos energéticos e um proteico). Depois vem a carne de porco e de galinha (criações também baseadas no cultivo de milho), ovos, verduras e legumes são produzidos em hortas cercadas ou em meio aos roçados.

Constata-se a criação de gado mais voltada à produção de leite e derivados. Árvores frutíferas estão à volta da casa, enquanto mandioca, batatas, amendoim em outras pequenas áreas de roçados. Sem querer impor uma padronização dos hábitos alimentares com tal descrição, percebe-se a relação direta que existe entre prato de comida e desenho produtivo, no caso de agricultores familiares da região.

A recuperação da fertilidade do solo nesse sistema se dava pelo descanso (pousio), mas tal prática (ou não prática) vai se perdendo com o uso cada vez mais intensivo do solo. A ciclagem energética advinda da integração animal-vegetal entre espaços de roçado e sítio, a incorporação de matéria orgânica no solo ao longo de anos, rotação de culturas, dentre outras práticas agrícolas, também são fatores que ajudam a manter a fertilidade do sistema.

Vários autores vêm tratando especificamente do tema do autoconsumo na agricultura familiar. No Brasil, o conceito de agricultura familiar abrange um vasto campo científico que comporta grande diversidade de situações, mas que também apresenta certas características gerais, sendo uma delas a produção de pelo menos uma parte daquilo que se come por parte de famílias de agricultores.

No entanto, a agricultura familiar vem sofrendo um processo de modernização, que inclusive recria essa diversidade de situações no sentido de estratégias competitivas, como formas alternativas para a sua inserção nos mercados de produtos agropecuários, agroindustriais, no turismo rural e atividades não agrícolas, dentre outras. Num contexto assim,

a produção do autoconsumo ainda permanece como importante estratégia de reprodução social da condição de agricultor familiar. A partir da produção de seus próprios alimentos e comidas, consegue-se um elo que garante sua reprodução social. Para Grisa (2007), a produção do autoconsumo sobrevive à modernidade, pois os “novos” agricultores mantêm estratégias que integram, também, o plantio de alimentos às atividades de lavouras comerciais, assalariamento rural e urbano, aposentadoria e outros benefícios como meios de se conseguir sobrevivência.

Em meio a tantas novas imposições da modernidade, para a agricultura familiar se reproduzir socialmente, o autoconsumo caiu num esquecimento pela pouca ou nenhuma atenção que recebeu por parte de pesquisas, políticas e ações públicas, sociedade civil e dos próprios agricultores. Isso porque tendem a valorizar aquilo que é mensurável em termos econômicos, enquanto que o autoconsumo não tem um cálculo tão exato, nem é facilmente monetarizado. O problema reside na caracterização orientada por questões econômicas, quando se tem foco apenas na produção estritamente comercial e na relação com o mercado. Problema esse que opõe o trabalho familiar ao assalariado, ou a produção de subsistência à produção comercial, sendo que todas fazem parte de estratégias possíveis de produção/reprodução social na agricultura familiar. Esquece-se, daí, de uma gama de processos outros que ocorrem em seu interior, como o autoconsumo e as trocas de alimentos, que fazem parte da existência e da continuidade de uma comunidade agrícola, que

lhe dá identidade cultural, a provar que a modernidade não implica o desenraizamento ou a perda de raízes.

Uma definição preliminar do autoconsumo, segundo Anjos et al. (2004, p.4), “seria a de que se trata de produto ou processo que atendem fundamentalmente às necessidades imediatas do grupo doméstico, sendo gerados na própria exploração com base no uso da força de trabalho familiar”. Portanto, primeiramente, seria preciso reverter a conotação de que representa o atraso ou que se trata de um esforço sem caráter econômico para a família agricultora, pois ele representa a organização e o trabalho familiar para adquirir alimentos e, possivelmente, para não passar fome. Autoconsumo corresponde à produção de todo tipo de bens gerados numa propriedade familiar e dos quais se faz uso ali mesmo (autoconsumo direto e intermediário). O autoconsumo direto pode ser considerado o “autoconsumo alimentar”, conforme Gazolla e Schneider (2007, p.90-91), “aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira que são produzidas pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico”. O autoconsumo intermediário trata-se, por exemplo, da silagem produzida para alimentar o gado ou do cultivo de milho e pastagens diversas para a preparação da ração de outras criações, plantio de madeira para manutenção de cercas, produção de plantas usadas em receitas caseiras para combater pragas e doenças na lavoura etc. Ou seja, trata-se de um aspecto da produção camponesa no qual evita-se o dispêndio financeiro fazendo-se uso dos recursos locais.

Mas além da alimentação do grupo doméstico mais imediato, conforme o entendimento de que a condição camponesa não se extingue com a modernidade, camponeses produzem alimentos para si e para outros grupos sociais, também por isso mantêm relações com o entorno socioeconômico. Um traço marcante da produção do autoconsumo refere-se ao fato de que todos os principais cultivos vegetais e criações animais podem ser consumidos ou comercializados, conforme a “lei da alternatividade”, ou seja, entram no cálculo que as famílias agricultora fazem entre consumo e comercialização (GARCIA JR., 1983). Cálculo este que pode mudar a cada safra, por causa da dinâmica própria das alternativas produtivas e de comercialização que avançam e recuam, das mudanças demográficas no interior de cada família, o balanço entre “braços e bocas” no interior de cada uma delas.

Para Leite (2003), a venda dos excedentes do autoconsumo gera uma renda monetária que geralmente é usada para se cobrir despesas cotidianas da família – gastos menores e regulares, como contas de água e luz –, ao passo que tira a necessidade de dispêndios monetários, portanto atinge a dimensão econômica na agricultura familiar que assim procede. Para os assentados da região de Araraquara, o excedente da produção de alimentos é historicamente destinado ao varejo local, comercializado em feiras, quitandas e supermercados e, mais recentemente, vem se inserindo no mercado institucional, a partir de programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e outros programas municipais (DUVAL, FERRANTE,

2006; KURANAGA, 2006).

Além disso, representa uma estratégia que protege e fortalece a economia da propriedade familiar, uma vez que “contribui para rebaixar os custos monetários de manutenção do sistema” (KHATOUNIAN, 2001, p.251). Isso pode ser percebido, por exemplo, com relação à produção de fertilizantes como produção do autoconsumo intermediário, quando permite que menos insumos agrícolas sejam comprados de fora. A maior diversificação da produção de autoconsumo também favorece uma menor dependência do agricultor quanto aos meios de vender sua produção, pois, se um determinado produto está com preço baixo, o agricultor conta com outros que podem lhe render algum dinheiro. Por outro lado, a produção diversificada propicia uma capacidade de poupança em relação à compra de alimentos e outros produtos no mercado.

No equilíbrio entre suas próprias necessidades e as do mercado consumidor, a família camponesa vive sob tensão. Assim, com a modernização (inclusive da agricultura), novas exigências são cobradas do homem do campo e, com isso, cresce a tendência por deixar de produzir seus próprios alimentos em benefício de cultivos comerciais e da consecução de renda monetária. A necessidade de se criar fundos para suprir a família se transforma em necessidade de gerar lucro. Passa-se a vender produtos agrícolas especializados e força de trabalho, para com o dinheiro ganho se comprar alimentos.

AUTOCONSUMO: UM COMPONENTE DA IDENTIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

No entanto, se o autoconsumo não deixa de fazer parte das estratégias de agricultores familiares por uma série de razões, as quais tentaremos expor aqui, certamente sofre alterações impostas pela modernização. Primeiro que, mesmo em contextos de alta mercantilização dos agricultores, a produção de alimentos e a diversificação podem representar oportunidades de expansão do negócio. Por outro lado, reduz a vulnerabilidade frente à fome e a pobreza por parte dos agricultores mais descapitalizados (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2007). Por mais que o novo rural deva ser visto em sua diversidade de situações e que a família rural trabalhe em vários tipos de atividades, não só agrícolas, o autoconsumo sempre está presente com maior ou menor expressividade.

Este tipo de produção permite acesso a alimentos sem a mediação do mercado, sem que haja necessidade de comprá-los diretamente. Quer dizer, uma condição de pequeno produtor, conforme exposto por Garcia Jr. (1983), na qual evita-se todo gasto em dinheiro e lhe garante certa autonomia. Dessa forma, tenta-se arrumar uma cesta diversa capaz de garantir alimentação adequada à família na própria terra onde ela está e com os recursos locais. Famílias possuidoras de hortas e pomares, por exemplo, têm livre acesso aos alimentos, pois não precisam comprar tais produtos (hortaliças e frutas), o que não as impede de comprar parte desses alimentos no mercado. A cesta alimentar que se busca através do autoconsumo também é representada como de qualidade nutritiva superior

(menos processado) e mais livre de contaminantes (agrotóxicos).

Há várias maneiras de se mensurar qualitativamente o autoconsumo. Para Khatounian (2001, p.252), “em primeiro lugar, a produção para consumo doméstico contribui para mudar a relação das pessoas envolvidas na propriedade com a terra. A terra deixa de ser um meio de fazer dinheiro, transformando-se na fonte primária de alimento da vida”. Além disso, para o mesmo autor, o alimento pode agir como um cimento que dá coesão numa coletividade, como através das estratégias de partilha presentes em comunidades de agricultores familiares. A ajuda mútua para satisfazer as necessidades de alimentação da família no meio rural, através das trocas e doações de alimentos e de serviços agrícolas, colabora para superar conflitos inerentes à vida comunitária, provocando vários efeitos benéficos aos laços de reciprocidade, de solidariedade, seja entre parentes, vizinhos ou amigos².

As trocas de alimentos funcionam nos sentidos prático e simbólico. Primeiro, misturar variedades (de porcos caipiras, por exemplo) aumenta a diversificação e fortalece uma raça mais adaptada aos hábitos alimentares e condições ecológicas; segundo, as trocas se dão nas ocasiões de visitas, nas quais procura-se saber como anda a vida

(GAZOLLA, SCHNEIDER, 2007). Assim, garantem a diversificação, a sociabilidade, a troca de saberes e sabores (MENASCHE, 2007).

Conforme os estudos de Antuniassi et al. (1991) e de Barone (1996), existem estratégias bem sucedidas no assentamento Monte Alegre de trabalho em cooperação, quando são formadas redes de parentesco e/ou de amizade. Principalmente dentre famílias do mesmo grupo religioso, parentes, vizinhos ou amigos fazem constantes trocas de alimentos ou de serviços nos assentamentos. Entre famílias aderidas à Congregação Cristã do Brasil, existe um vínculo de trocas forte, sendo comum contarem umas com as outras para complementar o cardápio. Entre famílias que adotam as mesmas estratégias produtivas, também percebeu-se ocorrer com frequência a troca de serviços, mais conhecida como mutirões, quando as pessoas trabalham coletivamente nas terras umas das outras.

Não podemos afirmar que é uma regra geral, porque são repletas de invisibilidades. A relação de trocas nem sempre é percebida, declarada e relacionada a aspectos econômicos das propriedades porque tem outros valores ou motivações sociais e culturais. Simbolicamente, percebe-se que, num momento de aperto, uma pessoa doente pode contar com alguém na comunidade que tem conhecimento e pode arrumar uma muda de planta

2. Na esfera da sociabilidade de uma comunidade agrícola existem algumas normas de conduta, por exemplo, aquilo que deve ser a conduta numa determinada situação (CÂNDIDO, 1979), caso contrário o sujeito pode sofrer retaliações por parte de outras pessoas. Assim acontece quando se mata um porco e não leva carne ao vizinho (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2007), quando não se ajuda numa colheita (deixa um vizinho perder uma colheita), quando não se oferece adequadamente a comida após mutirão em suas terras, etc. Este aspecto também pode ser facilmente observado nas cidades, quando vizinhas trocam quitutes e a travessa levada com comida não pode voltar vazia.

medicinal boa para ela.

Em depoimentos qualitativos analisados em Duval (2009), nem sempre foi fácil obter informações sobre este tipo de trocas, pois são muito pouco reconhecidas como parte de estratégias que contribuem para a economia do lote ou para a segurança alimentar. Foi por exemplo o caso do assentado que comprava um litro de leite por R\$ 1,00 em seu vizinho, numa época que o litro do leite custava, em média, R\$ 2,20 em supermercados. Este é apenas um exemplo da dificuldade de mensuração econômica do autoconsumo³.

Através da abordagem etnográfica foram levantados depoimentos dos assentados que revelaram formas possíveis de existência e da importância das trocas na comunidade. Embora elas sejam pouco reconhecidas, estão presentes e interferem na dimensão da sociabilidade das famílias, no sentido de manter relações sociais entre elas. Os itens que entram nessas redes de trocas são, em grande maioria, aqueles voltados ao autoconsumo, porque os cultivos comercializáveis são vendidos em quantidade maior. As trocas podem acontecer ainda de uma maneira que o assentado não tenha que gastar em dinheiro com itens que compõem a alimentação da família. Por isso, quanto mais alimento houver plantado no assentamento como um todo, maiores serão as chances de não haver fome, de forma que todos que moram ali têm acesso ao alimento por meio das trocas, doações e pela compra de alimentos mais baratos do que nos mercados.

Na condição moderna ou na racionalidade

capitalista, o autoconsumo passa de prioritário para complementar, pois famílias de agricultores igualmente querem consumir novas mercadorias da sociedade. Com isso todo modo de vida é alterado, o agricultor quer se especializar e vender sua produção. Para Grisa (2007), acrescentam-se às dificuldades em produzir autoconsumo as condições climáticas, as limitações da área disponível, a opção de consumo por produtos industrializados que têm custo de produção superior ao de compra e/ou existem dificuldades em beneficiar na região ou quando se passa a preferir de fato alimentos comprados e/ou industrializados. Por outro lado, também existem fatores de fortalecimento da importância do autoconsumo no contexto atual, por exemplo, quando comunidades estão em áreas de baixa aptidão agrícola para cultivos comerciais e mais isoladas de centros comerciais, dependem mais daquilo que podem produzir; quando as mulheres não têm trabalho na geração das *commodities* da região, voltando suas atenções fortemente para o trabalho da reprodução familiar e beneficiamento de produtos no interior da propriedade, também como forma de gerar renda; maior diversificação produtiva no sentido de poder diversificar os negócios; colônias italianas, por exemplo, que valorizam e preservam sua cultura e consideram seus produtos mais saudáveis do que os do mercado (ANJOS et al., 2004; GRISA, 2007).

Em suma, o autoconsumo é um forte componente da identidade camponesa, mas deve ser avaliado enquanto a nova lógica baseada na racionalidade técnica (capitalista) invade e transforma

3. Em Duval (2009) tenta-se demonstrar como diferentes autores tentam mensurar economicamente a produção de autoconsumo na agricultura familiar.

todos os segmentos sociais. No caso da agricultura familiar, na busca por reconverter toda produção em mercadoria, trata-se de uma lógica que engendra a mercantilização do espaço rural (MARDEN apud ANJOS et al., 2004). O autoconsumo permanece como parte da estratégia de se manter identidade e garantir condições de segurança alimentar, numa lógica um pouco mais livre da materialidade além da capacidade de poupar dinheiro, numa sociedade que lhes exige, a todo instante, ingressos nos mercados agrícolas e de trabalho, respectivamente, as produções especializadas e o trabalho assalariado.

CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO EMPÍRICO: UMA BREVE DISCUSSÃO DAS TRAJETÓRIAS DOS ASSENTADOS INVESTIGADOS

A região de Araraquara é fortemente marcada economicamente pela presença do complexo agroindustrial sucroalcooleiro. A posse da terra é significativamente concentrada, como na maior parte do país, onde poucos proprietários detêm a maior parte dela. Predominam os plantios de *commodities* agrícolas, principalmente cana-de-açúcar e laranja, em monoculturas e com grande aporte tecnológico.

Trata-se de uma região de agricultura altamente capitalizada, com a presença de setores a montante e a jusante, que formam o complexo agroindustrial (COSTA et al., 1994, p.17). Isto é, uma região que conta com empresas que fornecem insumos e matéria-prima para as agroindústrias e outras que processam, comercializam e consomem

sua produção. Na época da implantação dos primeiros núcleos de assentamentos nessa região, 3,86% (ou 42 propriedades com mais de 500 ha) abrangiam 47,36% da área total das propriedades, enquanto que 68,55% das propriedades com até 50 ha ocupavam 11,22% da área (LEITE, 1986). A constituição dos assentamentos não mudou esta realidade da estrutura fundiária. Segundo dados do IBGE, atualmente a concentração fundiária é igual ou pior, pois da área cultivada total da microrregião de Araraquara⁴, 91% estão ocupadas pelos cultivos de cana e laranja (respectivamente, 79,3% e 11,6%). Por outro lado, apenas 53 propriedades com mais de 500 hectares, ou 3% do total de propriedades, ocupam 60% do total da área rural desta microrregião (LORENZO et al., 2012).

Em meio a isso, os assentamentos rurais da reforma agrária ocasionam, ao menos, uma transformação sócio-espacial. Neste estudo, tomamos como exemplo o assentamento rural Monte Alegre, que possui 385 lotes familiares, de 14 hectares em média cada, espalhados por sete núcleos de assentamento. A fazenda tem um total de 6.599,16 hectares, entre lotes agrícolas, agrovilas, áreas de reserva legal e de proteção permanente. Está localizada na tríplice divisa dos municípios de Araraquara, Motuca e Matão, conforme a tabela a seguir. O assentamento foi criado e é gerido pela Fundação Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo).

4. A microrregião de Araraquara, aqui considerada, abrange os municípios de Araraquara, Descalvado, Matão, Motuca e São Carlos.

Tabela 1 – Distribuição de famílias por núcleo e município - Assentamento Monte Alegre.

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Monte Alegre 1	Motuca	mai/85	49	Estadual
Monte Alegre 2	Motuca	out/85	62	Estadual
Monte Alegre 3	Araraquara	ago/86	76	Estadual
Monte Alegre 4	Motuca	ago/86	49	Estadual
Monte Alegre 5	Motuca	out/91	34	Estadual
Monte Alegre 6	Araraquara	mai/97	96	Estadual
Horto de Silvânia	Matão	set/98	19	Estadual
Total			385 Famílias	

Fonte: Fundação Itesp, 2006.

Os dois primeiros núcleos foram criados em 1985 após luta dos trabalhadores volantes por melhores salários e condições de trabalho nas greves no município de Guariba/SP e outros da região. As greves, que começaram em 1984, foram momentos de eclosão de um sentimento de revolta frente às péssimas condições de vida pelas quais passavam (BARONE, 1996). A falta de acesso a alimentos e à água foram condições reais dos boias-frias, que se mobilizaram junto ao movimento liderado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para lutar pela terra. Nas memórias desses trabalhadores rurais residiam elementos de um outro modo de vida, de quando foram sitiantes, arrendatários ou outras formas de trabalhador rural mais fixado à terra, que de certa forma motivaram a luta pelo assentamento rural.

Nesse assentamento, conforme dados de Ferrante e Bergamasco (1995), aproximadamente 85% das famílias têm origens no meio rural e, em meio ao fluxo migratório, já es-

tavam ou tinham passado pelo estado de São Paulo, lutando pela terra neste Estado. As principais ocupações eram em atividades urbanas como operários, pedreiros e faxineiras ou em atividades agrícolas como safristas e trabalhadores volantes no corte de cana-de-açúcar. A venda de sua força de trabalho por um salário, no mais das vezes, não garantia ao menos a alimentação básica da família, a aquisição de uma cesta de alimentos satisfatória. Cerca de 70% das famílias assentadas do Monte Alegre passaram por essa experiência de privação do meio de produção fundamental do agricultor, a terra. Frente à proletarização, por causa desse processo de quebra das condições para obter seus meios de subsistência, somado à precarização da vida no trabalho temporário das colheitas e à irradiação dos movimentos sociais de luta pela terra, os conflitos fundiários surgiram, causando posteriormente o movimento social que obrigou a intervenção e regulação estatal.

Segundo Roy (1991, p.27), sobre os as-

sentados da fazenda Monte Alegre: “Itinerários diferentes é certo, mas bastante idênticos no seu conteúdo, de um lugar no campo onde eles nasceram (...), em direção a um outro lugar no campo do mesmo Estado ou de outros Estados. Depois, do campo em direção à cidade. De uma cidade em direção a outra cidade. E o campo de novo. E de novo a cidade, desta vez por mais tempo”.

Portanto, as origens e as trajetórias são elementos fundamentais na concepção da categoria social do assentado rural. No caso do assentamento Monte Alegre, de modo geral, evidenciam-se origens no campo e trajetórias marcadas pela mudança, pelo assalariamento, seja ele rural ou urbano, e pela luta social, conforme nos dois depoimentos a seguir, registrados com o uso de diários de campo.

O sr. Geraldo é nascido em Santa Bárbara do Monte Verde/MG, seus pais eram meeiros e arrendatários de terras. Tinham apenas atividades agrícolas como plantar milho, arroz, mandioca, cana-de-açúcar e principalmente café. Morava numa fazenda em que o trabalho anual se dividia entre a roça e o pasto, seis meses em cada atividade. A fazenda era voltada a produzir comercialmente café e leite.

Ele se lembra que sua alimentação era à base de angu com sal (tipo de mingau), arroz, feijão, milho, mandioca, coisas da horta e carne de galinha e ovos. De fora, comprava

apenas carne vermelha, açúcar, sal e óleo. Ele foi o único assentado da amostragem a declarar que na infância teve menor acesso ao alimento. Aos 6 anos ele começou a trabalhar na roça.

Antes de ser assentado rural teve bastantes mudanças de vida. De Minas Gerais ele migrou para o Paraná, trabalhou com roças de milho, arroz, feijão, abóbora, girasol, mamona e soja, na condição de arrendatário. Disse que chegava às fazendas e tinha que desbravar a mata virgem – o desmatamento era feito a foice e machado, depois queimava e plantava. Disse que foram 25 anos sofrendo. Precisava de três homens para “derrubar um pau” das florestas nativas. Daí ouviu seu genro dizer que em São Paulo estava juntando dinheiro de rastelo (instrumento utilizado para varrer folhas sobre gramado). Foi quando ele veio para a cidade de Guariba/SP cortar cana. Durante a entressafra trabalhou também como guarda noturno. Nesta trajetória ainda teve um ano em que voltou ao Paraná, mas voltou para Guariba. Depois de mais um tempo como bóia-fria veio ocupar a fazenda Monte Alegre (já faz 22 anos). Lembrou-se que acampado comia palmito de gravatá (extraído da mata), caçava bicho (tiú, lagarto), tinha o prefeito Vando Vi-

torino que trazia comida para dar ao grupo. Assim foi até conseguirem a terra, em 1985.

Ele declarou que quis vir para o assentamento porque não dava mais para comer e comprar remédios com a renda na cidade, precisava melhorar de vida. (Diário de campo, 23/09/2008).

O sr. Terêncio nasceu na Bahia, numa cidadezinha perto de Feira de Santana, chamada Vila Joanina. Disse que seus pais eram sitiantes e trabalhavam em atividades agrícolas. A principal era criação de gado. Lembrou-se também que plantavam mandioca, feijão, horta, banana, criações de cabrito, carneiro, galinha, galinha de angola, pavão.

A base da alimentação era farinha de mandioca e feijão. Declarou que não compravam nada fora. Havia doces de frutas como laranja, goiaba e abacaxi, produtos de horta, banana, carne de galinha, ovos e leite na alimentação cotidiana.

Aos 8 anos o Terêncio veio morar em Mirandópolis/SP, numa colônia, que ficava numa fazenda onde se plantava 40 mil pés de café. Ele era peão da fazenda e fazia outros trabalhos volantes na colheita de café, principalmente em Araçatuba e região. Depois da colônia passou por muitos outros lugares, sempre procurando um pedaço de terra

para cuidar. Ele listou cidades como: Guararapes, Bento de Abreu, Lavínia, dentre outras, pelas quais passou atrás de trabalho. Até que conseguiu um sítio perto de Promissão que tinha 2 mil pés de café. Ficou lá por aproximadamente 12 anos e fez sua família. Nessa época ele entregava na cidade produtos como leite, uva e melancia. Contou que as terras eram de um ex-patrão dele, o qual teve que vender repentinamente a fazenda e deixou um pedaço para ele. Depois teve que vender e foi morar na cidade de Promissão com a família toda. Começou trabalhando em oficina mecânica, depois conseguiu arrendar uma outra terra por 2 anos, para plantar algodão. Saiu mais uma vez e voltou a trabalhar com café, em Guaíçara, por mais um ano, onde afirmou ter sido expulso pelo dono e teve que ir embora. Contou em torno de 30 anos entre idas e vindas do campo para a cidade.

Por fim, antes do assentamento, estava na cidade de Matão, trabalhando na Marchezan (implementos agrícolas), ia às fazendas medir curvas de nível. Além desse trabalho, tinha outro como vigia da Mandivel (concessionária de veículos Ford), onde finalmente se aposentou.

Um de seus filhos estava, nessa época, acampado em terras da usina

Tamoio, trabalhava com o sindicato. Depois desta ocupação o filho ainda foi para outro acampamento em Pradópolis, mas desistiu de ficar lá por causa do eucalipto. Fez inscrição em nome de seu pai e depois de um tempo saiu este lote. (Diário de campo, 30/09/2008).

Destaca-se nos depoimentos que os assentados viveram situações muito parecidas com o modo de vida de sitiantes, principalmente em suas origens (mas também em outros momentos de suas trajetórias), onde nasceram e foram criados como agricultores na “lavoura branca”, produziam quase que a totalidade dos itens de alimentação de suas famílias. O processo de modernização do campo foi o mote da desterritorialização de muitos, perdendo-se sua condição de agricultor familiar, principalmente ao longo das décadas de 1970 e 1980, para serem assalariados rurais e/ou urbanos, vivências nas quais seu conhecimento agrícola foi relegado. A precarização do trabalho daí imposta engendrou um processo de empobrecimento que repercutiu no tipo e regularidade de acesso a alimentos, gerando uma situação de privação dos meios de produção e do exercício de habilidades correspondentes que se reflete nas condições físicas dos sujeitos e suas famílias.

Naquilo que distingue os assentados de outros agricultores familiares, há a história de destituição da terra, migrações e lutas sociais (pela terra), onde subjaz a experiência de um assalariamento precário no trabalho sazonal. Naquilo que os aproxima, volta a ser no as-

sentamento o cultivo de determinados alimentos conforme seus gostos e preferências, que foram culturalmente adquiridos e o *habitus* (conforme Bourdieu) de cada família, do qual seus integrantes se valem para manejar o lote agrícola, na temporalidade própria de um fazer tradicional.

O retorno à terra, como assentado rural, é uma situação na qual as práticas agrícolas inscritas no seu *habitus* podem ser resgatadas e reaplicadas pelas pessoas na interação com o lote, ocorrendo, a partir daí, uma reconstrução da identidade do agricultor como tal, dentre outras possibilidades.

Acredita-se que o fluxo migratório pode alterar certos códigos da cultura, na medida em que as práticas não são constantemente retransmitidas e/ou perdem vigor no cotidiano, mas isso não se aplica de forma absoluta em relação aos conhecimentos, práticas ou hábitos que, por exemplo, permanecem os mesmos até na cidade. Em função da memória e de um processo de reenraizamento, diversos outros conteúdos (por exemplo, valores sociais como a cooperação e a reciprocidade, hábitos alimentares, crenças e mitos) de outros tempos, apreendidos na convivência familiar, podem ser reavivados, resultando na prática de mutirões e constituição de redes familiares no assentamento (ANTUNASSI et.al., 1993), na produção de seu próprio alimento. Segundo Ferrante (1994, p.75), mesmo se considerarmos “o fato de os assentados serem ex-boias frias, em significativa dimensão, muitos de segunda geração, não significa uma relação de estranhamento frente à terra”.

As trajetórias das famílias assentadas são

inúmeras e todas marcadas pela ruptura, itinerários de muitas mudanças como vimos nos depoimentos citados anteriormente. Conforme Whitaker e Fiamengue (1995, p.47), as origens são rurais, na maior parte, ou já houve passagem pelo rural, portanto “ir ao assentamento é voltar à terra”. Nesse processo “não há perda definitiva de práticas tradicionais, que agora são usadas para compor uma nova identidade, harmonizando-as com as exigências da nova situação” (WHITAKER, FIAMENGUE, 1995, p.63).

Porém, no assentamento rural, essa volta à terra nunca assume uma única configuração. Para Ferrante (1994), isso propicia um caleidoscópio de situações diferentes e particulares, que podem se dar a partir de situações de trabalho familiar no lote e fora do lote, envolvendo todos os membros da família e diferentemente em cada período no assentamento. Esse é, portanto, um dos fatores que impede que analisemos assentamentos a partir de categorias analíticas inflexíveis. Cada assentamento tem uma construção específica, conforme a região onde está e, para aumentar o caleidoscópio das singularidades, os assentados têm origens e trajetórias igualmente singulares quando olhamos para os aspectos microssociológicos de suas histórias de vida.

Se, por um lado, essa discussão fundamentou a transformação social das pessoas, cabe ainda caracterizar o que foi a transformação espacial que a reforma agrária ocasionou. A fazenda Monte Alegre, na época da implantação do assentamento, era propriedade da FEPASA (Ferrovia Paulista S. A.) e administrada

pela CAIC (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora), ocupada, ao longo de quarenta anos, pela monocultura de eucalipto, utilizado como insumo para a empresa. Era uma terra pública já não tanto utilizada pela FEPASA, que enfrentava dificuldades em ser mantida pelo Estado e foi reivindicada por não cumprir função social. A madeira da fazenda estava sendo utilizada para produção de celulose para empresas privadas.

O uso dessa fazenda passou do interesse em produzir dormentes para a estrada de ferro e posteriormente celulose para empresas privadas. O resultado disso, depois de quarenta anos, foi a homogeneização do espaço, para ser o local de moradia de centenas de famílias. Essas, por sua vez, passaram de uma situação de privação dos meios produtivos de provimento e de precariedade de seus trabalhos, para uma terra com possibilidades de garantir seu sustento alimentar e de lhes devolver a um trabalho digno, numa nova temporalidade.

A terra da fazenda Monte Alegre, devastada pela monocultura intensiva de eucalipto, necessita constantemente de correções de acidez e de controle de pragas para produção familiar. O fato de ter sido uma monocultura contribuiu para desestruturar a microvida existente; cupins e formigas tornaram-se pragas, já que seus inimigos naturais foram exterminados e esses insetos tornaram-se resistentes pelos defensivos agrícolas aplicados constantemente.

Conforme comprovado nas idas a campo, a maioria dos lotes de produção ainda não tem todas as áreas destocadas. Os tocos de eucaliptos que estão no solo são empecilhos à

produção de diversos cultivos, bem como são focos de cupins e formigas. Vários foram os assentados que relataram que os tocos em seus lotes foram arrancados “no braço”, por falta de um incentivo público para isso. Por outro lado, todo ano agrícola deve começar com a calcarização dos solos para corrigir a acidez, mas isso tem um elevado custo para os produtores assentados. Isso porque também não houve, no assentamento, um programa para melhorar a qualidade do solo. Ao contrário, constata-se a aplicação de projetos técnicos ditados pela ótica produtivista e pela lógica de financiamento bancário. Para os assentados, o solo da fazenda ainda passa por uma “desintoxicação” dos insumos químicos utilizados nos eucaliptos. Essas são algumas dificuldades que os assentados enfrentam com relação ao solo dos lotes. Além do mais, o entorno continua homogêneo pelo plantio agroindustrial de cana, o que também continua a influenciar os rumos do desenvolvimento das famílias assentadas.

A EXPLICITAÇÃO DAS ESCALAS DE DIVERSIFICAÇÃO: EXPRESSÃO DOS MOSAICOS

Apesar da homogeneização do espaço, é possível demonstrar cinco escalas de diversificação no assentamento investigado. Segundo Whitaker e Fiamengue (2000), mosaicos são formados na paisagem com o advento dos assentamentos rurais, o que implica a heterogeneidade do espaço. A construção desse espaço heterogêneo, segundo as autoras, se dá em até cinco escalas. Isso em muito se deve à rica di-

versidade cultural das famílias e ao resgate da tradição de produzir seu próprio alimento (autoconsumo), relacionando-se posteriormente com o aumento da diversidade agrícola nos lotes.

Uma constatação do presente estudo é que as práticas de produção de autoconsumo trazem benefícios ambientais, sobretudo quanto ao aumento da diversidade agrícola de espaços que, antes de serem assentamentos, eram monoculturas. As cinco escalas de diversificação agrícola, mencionadas pelas autoras supracitadas, podem ser explicitadas em relação: 1) ao contraste que os assentamentos fazem com a estrutura fundiária do entorno; 2) ao contraste que cada lote tem entre si; 3) aos diferentes sistemas produtivos no interior de cada lote; 4) à diversificação em cada sistema (explícita, por exemplo, em práticas como consorciamentos de milho, feijão e abóbora, hortas e pomares diversificados); e 5) à diversificação da base genética de cada cultivo e mesmo das criações animais.

Para adentrar nessas escalas de diversificação, foram usadas diferentes técnicas de pesquisa. Imagens de satélite mostram uma primeira escala de diversificação dos assentamentos em relação ao seu entorno espacial, pois eles formam mosaicos numa área homogênea pelo plantio de cana. Conforme mostra a figura a seguir, o assentamento está inserido numa paisagem que continua homogênea. A influência dos sistemas de poder atribuída a esse modo concentrador da produção, que predomina no entorno, é algo que não nos foge à análise, mesmo porque é a principal das in-

fluências na construção do território no assentamento. Porém, tanto o poder local representado pelas administrações municipais, como as esferas estadual e federal de poder político e os grupos de interesses econômicos regionais são fatores que se fazem presentes nessa construção⁵.

Figura 1 – Imagem do assentamento Monte Alegre.



Fonte: Google, 2012.

Percebe-se pela figura que, fora da área do assentamento, a paisagem é homogeneizada, enquanto que em seu interior existem mosaicos, ou pequenas propriedades. Elas recebem forte influência econômica dos complexos agroindustriais que as envolvem, de forma que

a dependência dos trabalhadores com relação às usinas perpassa a relação de trabalho que eles e seus familiares têm ou tiveram com elas. Existem nessa região municípios inteiros completamente dependentes do funcionamento das usinas no que se refere à geração de emprego e renda à população⁶. Mesmo quando os assentados não trabalham em usinas, quando lutam por autonomia em seus lotes, podem sofrer a influência econômica delas e ter dificuldades na convivência social no assentamento⁷.

Já um mapa sobre fotografia aérea, da microbacia na qual o assentamento está inserido, mostra a diversificação numa segunda escala, que é a heterogeneidade existente na construção interior do assentamento (a diversidade de cada lote). Desta escala podemos afirmar que, em se tratando de assentamento rural, cada lote agrícola comporta uma realidade. Como costuma dizer um dos assentados, informante desta pesquisa, a cada porteira existe uma realidade. Isso em muito se deve às origens e trajetórias muitos específicas de cada família até a chegada ao assentamento. Por mais que as condições ecológicas, tanto quanto dos mercados de produtos agropecuários nos municípios do entorno sejam muito semelhantes para todas as famílias desse assentamento, sempre encontramos particularidades. Elas podem se referir a fatores que vão do número de braços da família às estratégias adotadas de produção e consumo

5. As relações assimétricas de parceria entre assentados e usinas canavieiras da região, bem como a relação com outros mediadores da política de assentamentos são analisadas em outros artigos: Ferrante e Barone, 2011; Ferrante, Barone, Duval, 2009.

6. Cidades-dormitório expressam bem essa ideia, mas os municípios maiores, como Araraquara, também giram grande parte de suas economias em torno das usinas de cana-de-açúcar.

7. Estima-se que 80% dos assentados havia assinado, em 2008, contrato de fornecimento de cana-de-açúcar com usinas da região, destinando para esse fim até 50% de seus lotes (FERRANTE, BARONE, 2011).

Comparando-se os dois desenhos, vê-se que a diversificação faz parte da lógica das famílias assentadas e impõem a terceira escala de diversificação ao território, independentemente do uso ou não de insumos externos. As estratégias adotadas se complementam na busca pela sobrevivência econômica da família. Nesse lote há presença de cultivos que podem ser prioritariamente comerciais (como o milho, a mandioca, o feijão guandú e o gado leiteiro), outros advindos de parcerias com agroindústrias (como a cana e a granja), como também há cultivos mais para o autoconsumo. Tirando a cana agroindustrial, que se insere exclusivamente na cadeia produtiva de álcool e açúcar, todos os outros cultivos podem se reverter ao autoconsumo da família. A cana agroindustrial não, porque se a família fizer um caldo de cana, usará uma outra variedade mais apropriada para isso. Percebe-se, pelo desenho do assentado, que ele distingue a cana de usina (na parte de cima do lote, ocupando quase a terça parte dele) da cana plantada para as criações, que é aquela pequena quadra logo acima do pasto. Esta, sim, uma cana mais apropriada para a garapa.

Nos alimentos que as famílias produzem para seu próprio consumo, principalmente nos espaços de horta e pomar, concentram-se formas de manejo que seguem princípios agro-

ecológicos, embora não estejam restritos a esses espaços, já que os sistemas estão integrados – a cama de frango da granja industrial, por exemplo, é espalhada por todo o lote, como também, a matéria orgânica proveniente do curral e das árvores.

A quarta escala de diversificação refere-se aos cultivos presentes no interior de cada sistema agrícola do lote e é diretamente ligada à presença de cultivos para o autoconsumo familiar. Confere-se essa escala em inventários de lotes, nos quais constam todos os cultivos que se faz uso alimentar, sem importar sua escala produtiva. O resultado é uma exaustiva relação que dá conta da diversificação que existe dentro de cada lote, individualmente.

Quadro I - Inventários de lotes⁹

Cultivos energéticos: milho, mandioca, batata, batata doce e inhame. **Cultivos protéicos:** feijão (carioquinha, favinha, guandu, branco e bico de ouro), criação de galinha e pato (ovos) e de gado leiteiro (queijo, manteiga e requeijão). **Cultivos fontes de vitaminas e sais minerais (incluindo temperos e medicinais):** jaca, goiaba (vermelha e branca), amora, manga (bourbon, espada, haiden e roxa), pitanga, jabuticaba, acerola, banana (nanica, ouro, prata), abacate, uva, morango, alface (roxa, crespinha e lisa), rúcula, mostarda, espinafre, cebola, tomate, almeirão, cenoura, abóbora, abobrinha, chuchu, couve, catalônia, chicória, salsa, cebolinha, coentro, poejo, hortelã, arruda, erva-doce, erva de santa maria, quina, losna e urucum. Capins e pastos para as criações de gado.

9. O inventário do lote fez parte do questionário semi-estruturado, por meio do qual abordamos as principais diretrizes do estudo. Foi solicitado ao assentado relacionar todos os grãos e tuberosas, leguminosas e criações animais, frutas, legumes, hortaliças, temperos e plantas medicinais, dos quais se faz uso familiar. Capins e pastos para as criações animais também foram relacionadas pelos assentados, pois sem eles não haveria proteína animal. Como os assentados não se lembravam de todas as variedades com exatidão, no momento da aplicação do questionário, o inventário teve que ser completado em outros momentos, como nas caminhadas pelo lote.

Cultivos energéticos: mandioca, milho, batata, batata doce; **cultivos protéicos** – feijão (guandú e catador), criação de frango (agroindustrial), de gado leiteiro e porco; **cultivos fontes de vitaminas e sais minerais** (incluindo temperos e medicinais) – manga (aden, palmer, coquinho, rosa e espada), laranja (pêra, lima e lima da pérsia), acerola, pitanga, castanha do pará, macadâmia, jaca, limão (cravo, galego e taiti), mamão, abacate, goiaba vermelha, banana (nanica, maçã e “de fritar”), abacaxi, maracujá, maçã, guaraná, cajá-manga, nectarina, tamarindo, uva japonesa, morango, cana-de-açúcar (garapa), abil, ingá, gabiroya, pequi, alface, couve, almeirão, espinafre, pimenta (doce e ardida), cebolinha, cebolinha japonesa, salsinha, cebola, alho, urucum, vagem, quiabo, abóbora, tomate, pimentão, berinjela, chuchu, maxixe, erva-doce, coentro, arruda, alecrim, hortelã, manjerição, poejo, sabugueiro, babosa. Capins e pastos para as criações de gado.

Fonte: Duval, 2009.

Por fim, a observação direta e o registro fotográfico, junto com os inventários, podem dar conta da quinta escala de diversificação, conforme Whitaker e Fiamengue (2000), expressa nas variedades genéticas de cada sistema do lote. O feijão, por exemplo, é pouco cultivado no assentamento como um todo, mas nos lotes de todos nossos entrevistados apresenta-se cultivado com alta variedade genética. Cada um dos assentados entrevistados declarou ter, pelo menos, duas variedades de feijão cultivadas, mas alguns chegam a ter até sete tipos diferentes, como no caso de um assentado de origem mineira. Ele possui feijão catador, de vara, guandú, fava, preto, orelha de padre e “bourbon”. Esta última, conforme explicou, uma variedade “lá da terra dele”, da qual ele gosta muito e sempre fez uso alimentar porque carregou consigo suas sementes por onde an-

dou. Porém, isso não tira a necessidade deles terem que comprar feijão no mercado ou no vizinho em alguma época do ano. Foi muito comum encontrar grande variedade genética também entre criações (aves e suínos), tubérculos, frutas e verduras: goiaba, manga, banana, laranja, limão, mamão, alface, repolho, cebola, pimenta e outros temperos, em todas havendo mais de uma variedade cultivada e de maneira tradicional, ou seja, tudo misturado e aproveitando os recursos locais como marcas da prática agrícola empregada.

CONCLUSÕES

Ainda que a produção de autoconsumo não entre no cálculo de produtividade do assentado rural, bem como de técnicos e pesquisadores, representa importante estratégia para a reprodução social e econômica das famílias assentadas. Destacamos primeiramente a possibilidade de utilização de variedades de alimentos do gosto das famílias (por exemplo, certas variedades de feijão, raças de aves ou suínos), que, no assentamento, encontram um lugar no qual terá sua reprodução garantida (ou ao menos possibilitada), pois é lugar de ocupação permanente das famílias que as cultivam. Isto se relaciona aos gostos e preferências culturais das famílias e, ao nosso ver, a satisfação cultural é tão importante quanto a satisfação nutricional, devendo ser incorporada na discussão da segurança alimentar, principalmente para a reprodução social de um grupo que vem de um passado recente de trabalhador volante e passa

a assentado rural.

Segundo Queda *et al.* (2009), a diversificação agrícola e a formação de mosaicos trazem muitos benefícios em termos ecológicos nos assentamentos rurais. Invariavelmente, a lógica de produção do autoconsumo na agricultura familiar leva em conta a produção de uma cesta alimentar diversificada. Como percebido nos desenhos e no inventário apresentados, essa produção é responsável pela maior diversificação de um lote agrícola. Além da diversificação, podemos afirmar que a produção de autoconsumo é propulsora de práticas de agricultura de base ecológica, uma vez que a produção do próprio alimento não prevê aplicação sistemática de insumos externos, como é o caso das produções mais comerciais.

Com a metodologia empregada foi possível adentrar cinco escalas de diversificação. Com isso, alguns aspectos comumente “invisíveis” do autoconsumo vieram à tona. Quando se prioriza uma abordagem sobre sua importância econômica, que inclui o autoconsumo como parte da renda monetária das pequenas propriedades familiares, pode-se cair num cálculo que deixa de fora dimensões de análises imprescindíveis, como o valor simbólico do alimento e o valor cultural da comida. O próprio cálculo econômico, além da renda monetária, deve incluir as redes de sociabilidade comunitária e as práticas agrícolas na dimensão econômica do autoconsumo, bem como a clivagem de gênero, no sentido de qualificar o papel das mulheres (DUVAL, 2009).

A abordagem que se pretendeu neste trabalho não é contra a valoração monetária do

autoconsumo; pelo contrário, acredita-se que ela interfere na dimensão econômica da propriedade, pois representa capacidade de poupança da família agricultora com alimentos, insumos agrícolas e medicamentos. No entanto, preferiu-se adotar aqui outras dimensões de análise, que valorizam o autoconsumo na tessitura do modo de vida, através da pesquisa do cotidiano das famílias assentadas rurais.

Em meio a um contexto competitivo de agricultura modernizada, o agricultor familiar é obrigado a se especializar e tentar se desenvolver economicamente a partir de produções comerciais. Mas de sua parte, não deixa de lado outras práticas na construção de seu território. Mesmo porque, na maioria das vezes ele tem pouco êxito nessa competição de mercado e precisa saber lidar com recursos escassos, sendo que o autoconsumo faz parte de estratégias para não se ter dispêndios financeiros. Percebeu-se que as famílias agricultoras, ao habitarem num determinado território, acabam por construir um local para viver bem, não valorizado prioritariamente pela dimensão econômica. As árvores que fornecem sombra e controlam a temperatura ao redor das casas, barram o vento, atraem passarinhos, rendem frutos e efetivamente aumentam a diversidade agrícola, ajudam a compor um lugar onde se tem maior qualidade de vida, no qual o autoconsumo tem, de fato e por direito, um papel relevante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, F.S. dos; CALDAS, N.V.; GRISA, C.; NIDERLE, P.; SCHNEIDER, E. Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância econômica do autoconsumo na agricultura familiar meridional. XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá. In: *Anais...*, Cuiabá, 2004.
- ANTUNIASSI, M.H.R.; AUBRÉE, M.; CHONCHOL, M.E.F. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.7, n.3, Fundação Seade, 1993.
- BARONE, L.A. *Revolta, Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos*. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, Unesp, Araraquara, 1996.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BRANDÃO, C.R. *Plantar, Colher, Comer*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- CÂNDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida. 5ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- COSTA, V.M.H. de M. et al. Trajetória de assentamentos: desempenho econômico e avaliação dos núcleos de Araraquara. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, Nupedor, n.1, p.9-72, 1994.
- COSTA, M.B.B. da. *Da Microbacia ao Agricultor Familiar: uma releitura do agroecossistema*. Projeto de Pesquisa, CNPq, 2008.
- DUVAL, H.C.; FERRANTE, V.L.S.B. Programas municipais e produções de autoconsumo: alternativas para o desenvolvimento com sustentabilidade nos assentamentos de Araraquara - SP. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, Uniara/Nupedor, v.10, p.67-82, 2006.
- DUVAL, H.C. *Da Terra ao Prato: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural*. 2009. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.
- FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, n.1, Nupedor/Unesp, p.75-148, 1994.
- FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. *Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo*. Araraquara: Unesp, 1995. 488 p.
- FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A.; DUVAL, H.C. O preço amargo das parcerias dos assentamentos com as usinas. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, Uniara/Nupedor, v.11, p.11-20, 2008.

- FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Parcerias com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. *Sociologias* (Versão Impressa), v.13, UFRGS, p.262-305, 2011.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.89-122, 2007.
- GARCIA Jr., A.R. *Terra de Trabalho*. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GRISA, C. *A Produção “Pro Gasto”*: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- KHATOUNIAN, C.A. *A Reconstrução Ecológica da Agricultura*. Botucatu: Livraria e Editora Agroecológica, 2001.
- KURANAGA, A.A. *Feiras do Produtor*: alternativa para sustentabilidade de famílias assentadas rurais da região de Araraquara/SP. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara-Uniara, 2006.
- LEITE, S.P. *As Condições de Implantação e o Processo de Trabalho num Projeto de Assentamento de Trabalhadores Rurais*: o caso de Araraquara-SP. 1986. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas). FCL, Unesp, Araraquara, 1986.
- LEITE, S.P. *Autoconsumo e sustentabilidade na agricultura familiar*: uma aproximação à experiência brasileira. Seminário de Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición em América Latina, 2003, Unicamp, Campinas-SP. Disponível em: <<http://www.fodepal.es/bibvirtual/semex/campina/doc/Sergio%20Leite.pdf>>. Acesso em: 30/05/2008.
- LORENZO, H.C.; FONSECA, S.A.; BONOTTO, R.; TRALDI, D.C.; GRIGOLETTO, F. *Relatório de Pesquisa*. Relatório final de pesquisa sobre diagnósticos regionais e setores econômicos. Contrato/CRT/SP/N. 100000/2010 – INCRA/UNIARA, 2011.
- MENASCHE, R. *A agricultura familiar à mesa*: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- ROY, G. *Do Trabalhador Assalariado ao Pequeno Produtor Livre*: qual construção para as experiências de reforma agrária? São Paulo, julho de 1991. (mimeo)
- SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo*. Globalização e meio técnico-científico informacional.

4. ed. Cap. 2 – A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 29-39.

QUEDA, O.; KAGEYAMA, P.; SANTOS, J.D. dos. Assentamentos rurais: alternativas frente ao agronegócio. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, n.12, Nupedor/Uniara, p.47-68, 2009.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: Estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. (Orgs.) *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, n.2, Nupedor/Unesp, 1995.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de reforma agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, n.8, Nupedor/Unesp, p.19-32, 2000.